

**Sistema agrário: agricultura, pecuária e trabalho escravo
na região Norte da província de Minas Gerais**

Edneila Rodrigues Chaves
UFF

Resumo

Analisa-se a sociedade de Rio Pardo, situada na região Norte da província de Minas Gerais. Aborda-se sua dimensão econômica, com base nos setores econômicos e em elementos da riqueza local. Constata-se uma sociedade de base agrária e de sistema escravista. As principais atividades econômicas eram a agricultura de autoconsumo, e a pecuária, com produção comercial. A diversificação de atividades era proporcionada pelo setor de atividades artesanais e do mercantil. São observadas conjunturas locais, regional, provincial e geral, para compreensão da conformação de uma sociedade de sistema agrário, bem como das alterações ocorridas, sem, contudo, sinalizarem mudanças estruturais no período.

Palavras-chave: sistema agrário – sistema escravista – Minas Gerais

Abstract

This article analyses the Rio Pardo society, in the northern region of the province of Minas Gerais. It is analyzed in the economic dimension. It is seen as based on the economic sectors and elements of the local wealth. It was basically an agrarian society characterized by slave system. The main economic activity was the agriculture and the livestock. The diversification of activities was provided by Handicraft and trading activities. It is possible to highlight local, regional, and provincial circumstances, as well as the general context, as factors that help understand how a society of agrarian system – as well as how they changed throughout time, which nevertheless did not lead to deep structural transformations in the economy of the period.

Keywords: agrarian system – slave system – Minas Gerais

Área temática:

História Econômica e Demografia Histórica

caso escrava, demarcou o nível de produção nas unidades domésticas. Por isso, foram definidos dois subperíodos para balizar a análise dos aspectos econômicos da sociedade (GRAF. 1).

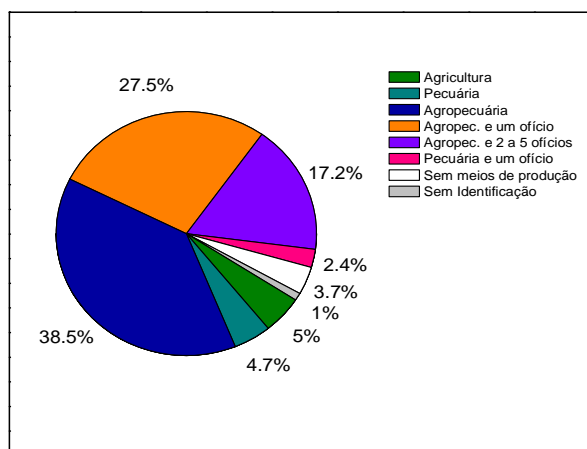


GRÁFICO 1 – Distribuição de unidades domésticas por categorias econômicas, Rio Pardo (1833-1872)
O número de unidades domésticas é 401.

Fonte: Processos de inventário *post mortem*. Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

1 Periodização

O primeiro subperíodo, 1833-1852, inicia-se com a instalação da vila de Rio Pardo e indo até o fim do tráfico internacional. O subsequente, 1853-1872, caracterizou-se pela transição gradual do regime de trabalho escravista para o livre. Neste tempo, o sistema escravista teve seus dois pilares principais destituídos: o tráfico internacional, abolido em 1850 e o princípio da perpetuidade, com a Lei do Ventre Livre (1871). A partir do início da década de 1870, inaugurou-se outra conjuntura de desfecho para o fim da escravidão.⁴

A periodização definida teve em vista o acesso à propriedade escrava por parte de proprietários em Rio Pardo, marcada pela elevação de preços em nível nacional. O aumento de preços de escravos foi verificado localmente também, ainda que em uma economia sem dependência do trabalho cativo e menos ainda do tráfico internacional. Quanto à conjuntura de preços, o primeiro subperíodo (1833-1852) tem seu início marcado pela pressão inglesa para o fim do tráfico internacional. Isso teve papel importante na elevação do preço da mão de obra escrava e na entrada de cativos.⁵ Já o segundo subperíodo (1853-1872) insere-se em um contexto após o fim do tráfico internacional, quando os preços dos escravos alcançaram preços mais elevados.

Para o período, o interstício de maior aumento dos preços de escravos foi entre 1851 e 1861, correspondendo à década seguinte ao fim do tráfico internacional. Entretanto, os preços aumentaram em mercados escravos nas Américas, independentemente da presença do tráfico. Tal foi o caso dos Estados Unidos e de Cuba, verificando-se tendências de aumento de preços na década de 1850 para os três maiores sistemas escravistas das Américas.⁶

O aumento dos preços de escravos nessa década no Brasil foi resultado do fim do tráfico internacional. Mas as tendências paralelas de aumento de preços observadas em outros mercados americanos indicam que havia outras razões para sua elevação no Brasil. É provável que os preços tenham subido em razão da demanda europeia por produtos básicos do Novo Mundo e do aumento na produtividade e na lucratividade da mão de obra escrava. A elevação da demanda por essa mão de obra provocou-lhe o aumento de preço, que se refletia no aumento das demandas da produtividade e das mercadorias.⁷ Logo, no Brasil, o tráfico internacional foi interrompido em uma conjuntura de demanda maior pela mão de obra

escrava para a produção direcionada ao mercado internacional, como ao mercado interno. Os dois fatores, juntos, contribuíram para o aumento expressivo dos preços de escravos.

Os preços de escravos subiram e o comércio no mercado interno passou a atender atividades mais produtivas e rentáveis, como a cafeeira. As áreas de cafeeira se concentravam nas regiões ao centro-sul, que passaram a absorver grande quantidade de cativos de outras regiões do País. No caso de Minas Gerais, a região cafeeira da Mata recebeu mais cativos do comércio interno da própria província do que originários de outras províncias.⁸ Em Montes Claros, por exemplo, ocorreu comércio de escravos intraprovincial, de onde eram conduzidos escravos para a região da Mata.⁹

Os efeitos da conjuntura nacional e inter-regional de elevação de preços e de redistribuição da mão de obra escrava provocaram também elevação de preços em Rio Pardo. Os preços de escravos sofreram aumento em todas as faixas de idade. Na década de 1850, o mesmo movimento de aumento dos preços de escravos constatado em nível nacional, e mesmo internacional, é observado para lá, com a ocorrência de elevação contínua dos preços (GRAF. 2). Assim, o aumento dos preços em contexto mais amplo teve desdobramentos imediatos localmente. Tratava-se de processo em cadeia, constatando-se sua grande abrangência ao agregar localidades distantes dos centros ligados ao tráfico internacional e de menor dependência por esse regime de trabalho. Tal era o caso de Rio Pardo.

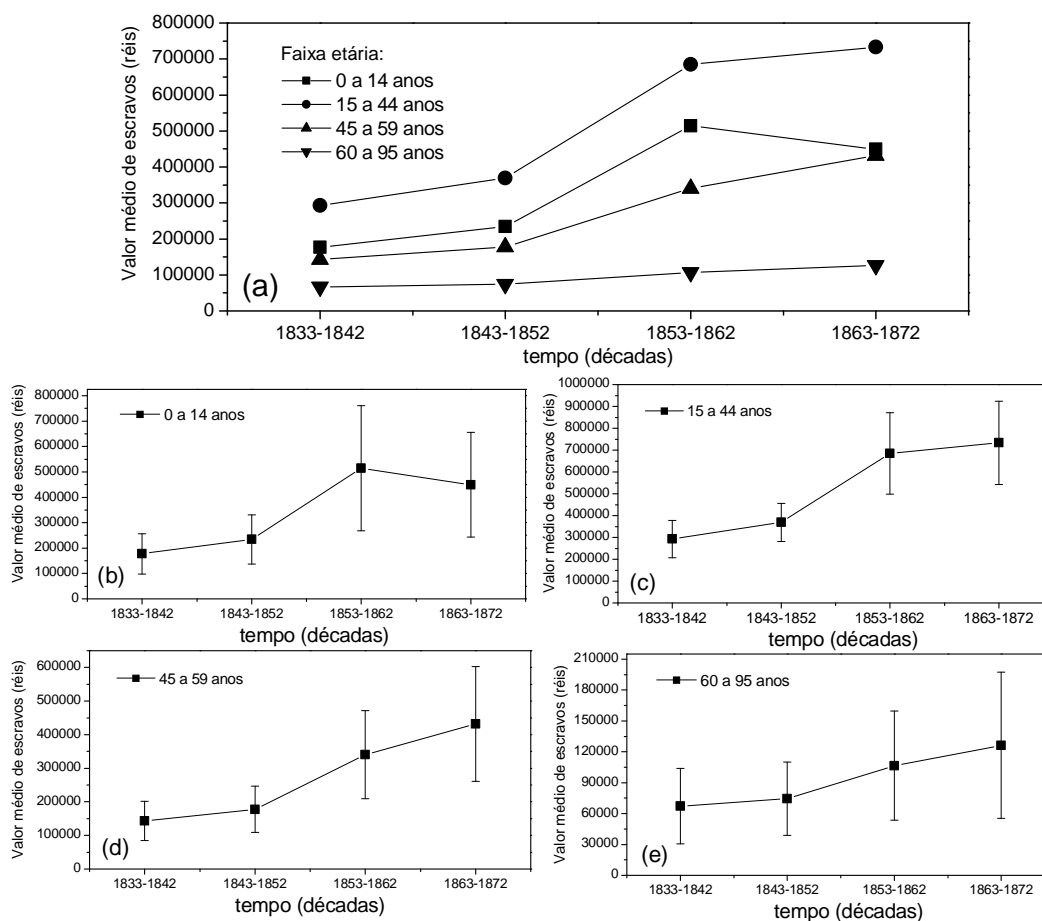


GRÁFICO 2 – Valor médio de escravos, segundo faixa etária, Rio Pardo (1833-1872)

O gráfico A apresenta o comportamento dos preços em quatro faixas etárias. Os gráficos B, C, D e E mostram a variação do valor médio de escravos em única faixa etária, acompanhada das barras de desvios dos preços.

Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

A propriedade escrava era um dos principais referenciais de riqueza nessa sociedade. Indicativo disso eram o elevado preço do escravo e a estreita relação entre utilização de mão de obra cativa e nível de produção das unidades domésticas. Na composição da riqueza local, o bem escravo teve maior taxa de representatividade, seguido de animais, bens de raiz e dívidas ativas. Estes bens constituem elementos importantes para a caracterização do sistema econômico.

2 Aspectos econômicos na composição da riqueza local

2.1 Composição da riqueza e bens principais

Os três primeiros bens que se destacaram na composição da riqueza de proprietários em Rio Pardo foram escravos, animais e bens de raiz (GRAF. 3).¹⁰ Terras e produção pecuária como principais riquezas reitera a vigência de sistema econômico de base agrária. Seu regime de trabalho incluía a mão de obra escrava, fundado em relações de produção não capitalistas.¹¹

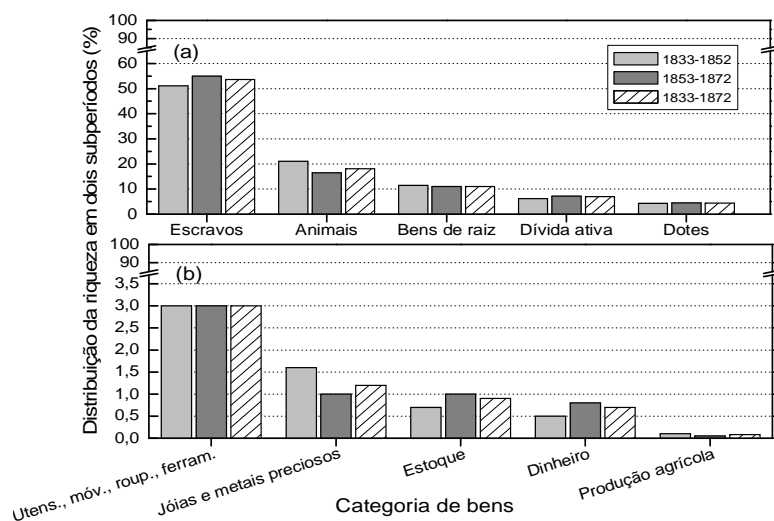


GRÁFICO 3 – Distribuição da riqueza, por categoria de bens em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)

Valores em réis:

1833-1852: 446:590\$881

1853-1872: 853:778\$270

1833-1872: 1.300:369\$151

Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

No Brasil da primeira metade do século XIX, o sistema agrário estava fundado em formas históricas de produção. Os processos de produção da agricultura de alimentos e de desenvolvimento da pecuária eram caracterizados por baixa densidade demográfica e disponibilidade de matas virgens. Isso favorecia o sistema de exploração de solo extensivo. Os principais meios de produção eram a mão de obra e a terra, ficando em segundo plano as técnicas e os instrumentos de trabalho.¹² Constata-se duplo processo de expansão da fronteira agrícola, sob a vigência do trabalho escravo. Um foi constituído pela agricultura comercial especulativa e exportadora (expansão da fronteira econômica). O outro, vinculado à produção para o autoconsumo (expansão de fronteira demográfica).¹³

Os traços desse sistema agrário que se constituiu historicamente em largas áreas do Brasil são observados também em Rio Pardo. O sistema de produção que lá vigorava tinha como principais meios de produção a terra e a mão de obra, com recurso ao trabalho escravo. Seu território foi ocupado inicialmente pelo movimento da expansão da fronteira pecuária e de buscas por riquezas minerais. Depois, o crescimento demográfico foi promovido pela expansão espontânea da fronteira agrícola. Em Minas Gerais, ocorreu maior índice de

XVI Seminário sobre a Economia Mineira – 2014

crescimento demográfico entre o período de 1833-1872 na região ao norte da província, onde circunscrevia Rio Pardo. Isso se deveu à existência de terras devolutas para a criação de animais e para o desenvolvimento da agricultura. O fato atraía migrantes de outras partes da província, onde a aquisição da terra já era limitada.¹⁴

Retomando a composição da riqueza em sua conformação no tempo, as três categorias de bens mais representativas (escravos, animais e bens de raiz) mantiveram a mesma ordem de importância nos dois subperíodos, bem como a quarta categoria (dívidas ativas). Ao longo do tempo analisado não houve mudanças econômicas significativas que provocassem alteração na alocação de recursos por parte de proprietários. Observa-se que ocorreu elevação da taxa de participação de escravos e diminuição do peso de animais (GRAF. 3). A participação maior da propriedade escrava na composição da riqueza no segundo tempo reflete elevação de preço. Para Campanha (1832-1865), situada ao sul da província, o aumento do valor percentual de escravos na composição das fortunas de 4% é semelhante ao verificado para Rio Pardo que tinha economia distinta.¹⁵

Quanto à categoria animais, sua redução de participação no conjunto da riqueza pode estar relacionada com o aumento da representatividade de escravos, em decorrência da redistribuição da riqueza nas outras categorias de bens. Mas há outro dado a esclarecer essa diminuição: no tempo, a produção pecuária, tratada adiante, reduziu 9,4%, influenciando diretamente na queda da participação de animais (GRAF. 3).

Já os bens de raiz, eles sofreram ligeira diminuição de participação na riqueza. O processo comum seria o aumento de participação desta categoria de bem, dado o movimento mais geral de elevação de preços de terras a partir de 1850. Com a Lei de Terras de 1850, determinou-se a ocupação da terra devoluta somente por meio de compra. Ao desagregar bens de raiz em imóveis rurais e casas nos arraiais e na vila, verifica-se valorização dos imóveis rurais, ainda que não tenha ocorrido aumento de participação da categoria no conjunto da riqueza.

Observa-se aumento de alocação de recursos em casas localizadas em arraiais e na vila e a conseqüente redução de aplicação em imóveis rurais. Isso se deveu ao crescimento populacional verificado para o termo de Rio Pardo. Houve aumento do número de casas nas sedes dos distritos e da vila, promovendo valorização desses imóveis. Se os investimentos em imóveis rurais decaíram 3,3% em favor de casas em arraiais e na vila, que subiram igual número percentual no conjunto dos bens de raiz, outro movimento se constatou no que refere à riqueza total: enquanto os imóveis rurais decaíram 0,9% na participação da riqueza, as casas subiram 0,4%. Como a participação das casas subiu menos em relação à redução de participação dos imóveis rurais, os números apontam para maior valorização destes últimos (TAB. 1).

TABELA 1: Bens de raiz, por participação na composição da riqueza e por subperíodo (em réis) – Rio Pardo (1833-1872)

BENS DE RAIZ	1833-1852			1853-1872		
	Bens de raiz	Bens de raiz	Riqueza total	Bens de raiz	Bens de raiz	Riqueza total
	N. ab	N. %	N. %	N. ab	N. %	N. %
Imóveis rurais	46:371\$055	90,3	10,4	80:258\$632	87	9,5
Casas – arraiais/vila	4:960\$749	9,7	1,1	12:525\$801	13	1,5
Total	51:331\$804	100	11,5	92:784\$433	100	11

Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Não se verifica valorização fundiária em níveis consideráveis por algumas razões. Primeiro por causa do processo de apropriação fundiária, decorrente da expansão espontânea da fronteira agrícola. Segundo, pelo acesso estável à terra, com desconcentração fundiária no tempo considerado. Terceiro, porque se tratava de uma economia de baixo grau de

mercantilização, não promovendo o aumento de preço das terras. De fato, não houve maior valorização fundiária, decorrente da institucionalização do comércio de terras após 1850. Em Rio Pardo, não foi a terra que constituiu elemento principal para a obtenção de maiores níveis de produção, e sim a propriedade escrava.¹⁶ É para esta que se verifica significativa elevação de preços em nível nacional, com desdobramentos semelhantes em esfera local.

A propriedade fundiária, entretanto, tinha sua expressão como segundo meio de produção mais importante no sistema produtivo. Os proprietários que tinham maiores níveis de produção em suas unidades domésticas possuíam maior volume de mão de obra escrava e eram os que tinham mais terras. Quanto ao aumento da representatividade das casas nos bens de raiz, ainda que se observe crescimento populacional, o termo de Rio Pardo tinha baixos níveis de urbanização, tal como sua região Norte. Isso quando se compara a regiões mais urbanizadas da província, como a região Central e a região Sul. Mesmo tendo ocorrido aumento na taxa de participação das casas, a expressiva predominância em bens de raiz era de imóveis rurais, que para o período equivalia a 88%. Assim, os fatores ponderados auxiliam a compreender a permanência de bens de raiz com a mesma taxa de representatividade na composição da riqueza.

Por fim dívidas ativas, que era a quarta categoria de bem de maior representatividade. No primeiro subperíodo, ela correspondeu a 6% e no segundo, a 7%. O fornecimento de crédito e o comércio compunham o setor mercantil, que era pouco expressivo na estrutura econômica (5%). Isto porque as formas de produção da sociedade eram predominantemente voltadas para o autoconsumo. Quanto às práticas creditícias, elas eram caracterizadas por formas mais antigas de relações econômicas, fundadas em relações pessoais, constitutivas de sociedades não capitalistas.

O aumento da taxa de participação das dívidas ativas, ainda que pouco expressivo, é compreensível à luz de conjuntura local, bem como nacional. No primeiro caso, insere-se crescimento de população, crescimento de comércio e aumento de níveis de urbanização,¹⁷ com mais oferta de serviços. No segundo, a regulamentação das relações comerciais com o Código Comercial de 1850.¹⁸ Este Código regulou as relações de créditos mercantis, garantido legalmente sua existência, com base em elementos de comprovação, (art. 122), bem como garantindo as condições cobrança (art. 376 e 377). Assim, instituiu-se garantias de caráter legal para os credores. Isso se somou às garantias já asseguradas pelas relações interpessoais, inaugurando um elemento novo e externo a este caráter de relações sociais.

Com variações internas, as quatro principais categorias de bens (escravos, animais, bens de raiz e dívidas ativas) permaneceram na mesma posição de importância entre os bens que compunham a riqueza ao longo do tempo. Os bens que se destacaram elucidam traços característicos da economia local. Se não foram constatadas mudanças de âmbito estrutural na configuração da economia, observam-se, por sua vez, alterações em âmbito da disponibilidade de mão de obra escrava, da produção pecuária e do fornecimento de crédito. Elas podem ser entendidas à luz de conjunturas quer circunscritas, quer mais amplas. Segue-se caracterização destes bens e suas alterações conjunturais para melhor compreensão dos aspectos econômicos desta sociedade.

2.1.1 Propriedade escrava

A propriedade escrava era o principal bem na composição da riqueza local. As características do sistema escravista e a conformação demográfica do segmento escravo estavam relacionadas com o recurso que se fazia da mão de obra compulsória, como com sua reposição. Rio Pardo se inseria na região Norte da província. Nela, as características econômicas de produção apresentavam menor demanda por essa mão de obra em relação a outras regiões. Na população local da década de 1830, o segmento escravo correspondia a 24% e em 1872, 13%. O segmento reduziu sua taxa de participação na população total, mas

houve crescimento de 219%.¹⁹ A taxa de participação do segmento escravo na população total é, portanto, o primeiro elemento a caracterizar o sistema escravista que lá vigorava.

Um segundo elemento na caracterização desse sistema era a estrutura da posse de escravos. Tratando-se de uma sociedade nacional escravista, a propriedade escrava em Rio Pardo era bastante difundida. Verifica-se que 79% de indivíduos tinham escravos entre os bens inventariados.²⁰ No que se refere ao perfil de proprietários, a maioria (63%) possuía pequenas posses, seguida de um grupo menor detentores de posses médias (6-20). Um número reduzido deles contava com posses grandes e muito grandes em suas unidades domésticas (GRAF. 4).

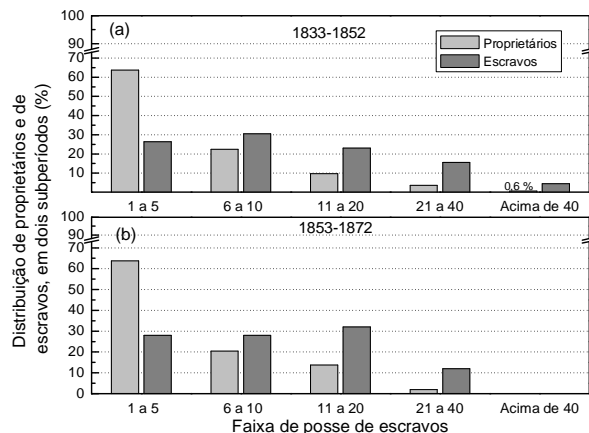


GRÁFICO 4 – Distribuição de proprietários e de escravos, por faixas de posses de escravos em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)

No primeiro subperíodo, 38 indivíduos com bens inventariados (18,7%) não tinham escravos. Para o segundo, o número correspondente é 46 (23,2%)

Nº de proprietários e de escravos:

1833-1852: 165 proprietários e 980 escravos

1853-1872: 152 proprietários e 881 escravos

Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

No tempo, o número percentual de proprietários de pequenas posses se manteve (63%). A alteração é constatada entre os que possuíam posses médias, posses grandes e muito grandes. O subgrupo de proprietários de posses médias tornou-se ligeiramente maior e o de posses grandes reduziu. Já a posse muito grande, que era exceção, existiu apenas no primeiro tempo. A mudança no perfil de proprietários está relacionada com a retração da mão de obra, refletindo na concentração de escravos por faixas de posse. A tendência foi de diminuição do número de proprietários e do tamanho das posses. Em primeiro nível, ocorreu um leve aumento do número percentual de escravos nas pequenas posses e sua diminuição nas posses médias inferiores (6-10). Em segundo, houve aumento do número deles nas posses médias superiores (11-20) e redução nas posses grandes (21-40), não existindo mais posses muito grandes (GRAF. 4).

Não obstante a redução do tamanho de posses, a tendência foi de concentração social da propriedade. Se no primeiro tempo a maior parte dos escravos estava na faixa de 6-10 (30,5%), no segundo, a maior concentração deles se verifica na faixa de 11-20 (32%). Logo, no que se refere à distribuição dos proprietários por tamanho de posses, o sistema escravista em Rio Pardo tinha estrutura de posses desconcentrada. Já quanto à distribuição dos escravos por tamanho de posses, observa-se que ao longo do tempo ocorreu ligeira concentração da propriedade em posses maiores. Um dos fatores que provocaram essa concentração foi o preço de escravos, que estava mais alto no segundo subperíodo. Assim, diminuiu-se o poder de compra dessa mão de obra por parte de proprietários menos abastados.

Quanto aos padrões de posse de escravos, trabalhos historiográficos pioneiros relativizam a antiga tese da predominância de grandes propriedades no regime escravista brasileiro, apontando para difusão da propriedade escrava.²¹ Em Minas Gerais na região aurífera no início do século XIX, observa-se predominância de proprietários de escravos com pequenas posses.²² Já para a província na década de 1830, constata-se que o maior subgrupo de proprietários (28%) possuía pequenas posses, tendo sido raras as grandes posses (50-100). Padrões de posse em Minas na década de 1830 assemelhavam-se aos verificados para a Bahia (1816- 1817) e para São Paulo (1804). Assim, as grandes posses de escravos eram exceção no Brasil. Seu padrão de posses se assemelhava mais aos das regiões não açucareiras do sul dos Estados Unidos, caracterizadas por uma diversificação econômica, tal como em Minas, do que aos padrões estabelecidos no Caribe, cuja economia era marcada pela monocultura especializada.²³

As pequenas e médias posses eram comuns na estrutura de posses em Minas. Mas, elas eram proporcionalmente mais numerosas em regiões e localidades com economias sem expressão provincial e, conseqüentemente, com menor demanda pelo trabalho escravo. Em regiões e localidades com economias direcionadas para mercados de abastecimento eram maiores os números percentuais de escravos em posses grandes e muito grandes. Isso porque em maior número de unidades domésticas desenvolveram-se atividades econômicas em níveis expressivos com maior dependência do trabalho escravo.²⁴

Por fim, o terceiro elemento na caracterização do sistema escravista. Trata-se da conformação demográfica do segmento cativo, que estava associada à estrutura econômica produtiva e à demanda de utilização da mão de obra compulsória de determinada economia. Para a província de Minas, constatou-se heterogeneidade na estrutura demográfica do segmento, que refletia a diferenciação econômica regional.²⁵ Em Rio Pardo, como verificado, era baixa a taxa de participação do segmento escravo na população em relação a outras localidades de características econômicas distintas.

No que se refere aos aspectos demográficos deste segmento, observam-se os quesitos sexo, idade e origem para uma caracterização em linhas gerais. Quanto a sua composição segundo o sexo, verifica-se uma razão de sexos ligeiramente equilibrada (1,11). A desproporção entre os sexos a favor dos homens indicava a capacidade de uma dada sociedade de importar escravos africanos, evidenciando seu nível de inserção no tráfico internacional.²⁶ Não era o caso de Rio Pardo. A expressiva maioria dos escravos de lá era de origem brasileira, com apenas 8,9% de africanos (GRAF. 5).

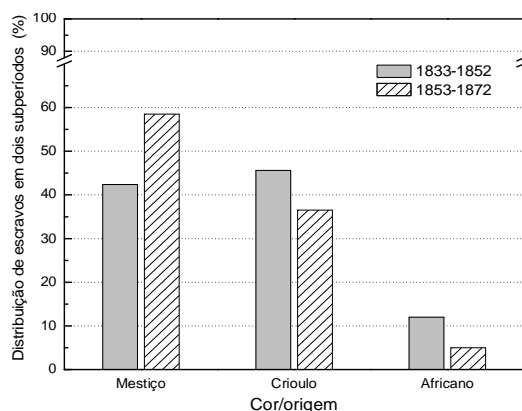


GRÁFICO 5 – Distribuição de escravos, por cor/origem em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)

Nº de escravos:

1833-1852: 348 mestiços, 373 crioulos e 98 africanos

1853-1872: 393 mestiços, 246 crioulos e 34 africanos

Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Localidades inseridas em regiões com produção mercantil de expressividade provincial dependiam, em maior grau, da mão de obra escrava, principalmente via comércio internacional. Era o caso do termo de Mariana (região central). Lá havia uma produção mercantil de artigos diversificados, com demanda maior para a mão de obra escrava. Entre 1830 e 1840, os escravos africanos representavam 36% do segmento.²⁷ Uma participação de africanos, portanto, três vezes maior que em Rio Pardo para o período.

A participação de africanos no segmento, que já era pequena, decaiu ao longo do tempo (de 12% para 5%). A predominância era de escravos nascidos no Brasil, os crioulos e os mestiços. Os primeiros eram de ascendência exclusivamente africana. Quanto aos mestiços, o termo se referia aos miscigenados: cabras, pardos, mistos, mulatos e mestiços. Com o decréscimo da participação de escravos africanos, a representatividade de crioulos reduziu-se, aumentando a de escravos miscigenados (GRAF. 5). A enorme presença de escravos brasileiros no segmento cativo, a pequena participação de escravos africanos, seguida de sua redução, o decréscimo da taxa de razão de sexos e a grande proporção de crianças indicam que a reposição dessa mão de obra ocorreu quase exclusivamente via reprodução interna (GRAF. 6).

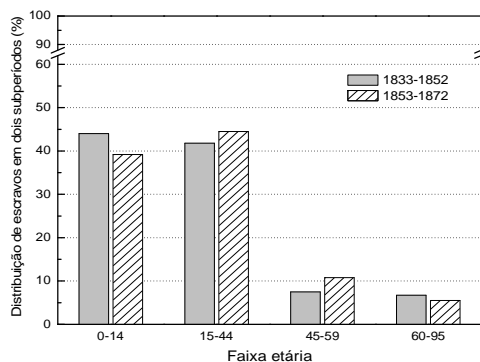


GRÁFICO 6 – Distribuição de escravos, por faixa etária em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)

Nº de escravos:
1833-1852: 935
1853-1872: 857

Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

As evidências de que Minas durante o século XIX possuiu elevada população escrava – 15% a 25% do segmento em âmbito nacional entre 1819 e 1872 – fundamentam diferentes proposições sobre os mecanismos de reposição ou ampliação da mão de obra escrava. Uma argumentação é que o crescimento do segmento ocorreu essencialmente por meio do tráfico internacional até 1850.²⁸ Outra proposição defende que a reprodução endógena respondia pela maior parte da reposição ou crescimento desse segmento.²⁹ Ambas as formas diferenciadas de repor ou ampliar a mão de obra escrava na província são “estritamente corretas, embora incompletas de compreender uma mesma realidade”.³⁰

O regime de trabalho escravista em Minas foi caracterizado pela diferenciação econômica regional. Isso demarcou configurações distintas para o segmento, inclusive no quesito de sua reposição ou ampliação. Tal como em Rio Pardo, para Montes Claros (região Norte), as evidências são de que a reprodução interna teve expressiva importância no crescimento da mão de obra cativa.³¹ Para Barbacena (região da Mata), a importação de escravos foi importante para a formação de grandes posses de escravos lá verificadas.³² Já em Paracatu (região Oeste), as duas formas de manutenção da mão de obra escrava coexistiram (FIG. 1).³³

2.1.2 Animais

Os animais tinham o segundo maior peso na composição da riqueza, com a atividade pastoril presente em 90% das unidades (GRAF. 1). Isso confirma a importância desta atividade no território, iniciada com a expansão da fronteira pecuária. Em Rio Pardo, seguiu-se tendência de sua região pecuarista, os sertões do norte,³⁴ com a criação predominante do gado bovino em processo de reprodução de forma extensiva.

Em nível geral, o rebanho reduziu em 9,4%, reiterando a queda de participação da categoria animais na composição da riqueza local (GRAF. 3). Apontamentos em fins dos anos de 1820 e de 1830 informavam sobre um tempo de “continuadas secas”, que provocaram diminuição do rebanho bovino.³⁵ A falta de chuva, marcando longos períodos de seca, levou à redução do gado nas propriedades, diminuindo o número de fazendas com grandes quantidades de cabeças e a concentração do rebanho.

Quanto à distribuição dos três maiores rebanhos, apenas para o gado muar registrou-se crescimento. O aumento da taxa de representatividade de 1% para 4% demonstra difusão de animais de carga utilizados para transporte de produtos comercializados (GRAF. 7). Isso é indicativo do crescimento do setor comercial, evidenciado também no aumento de participação das categorias de bens a ele vinculadas – dívidas ativas, estoque, dinheiro (GRAF. 3).

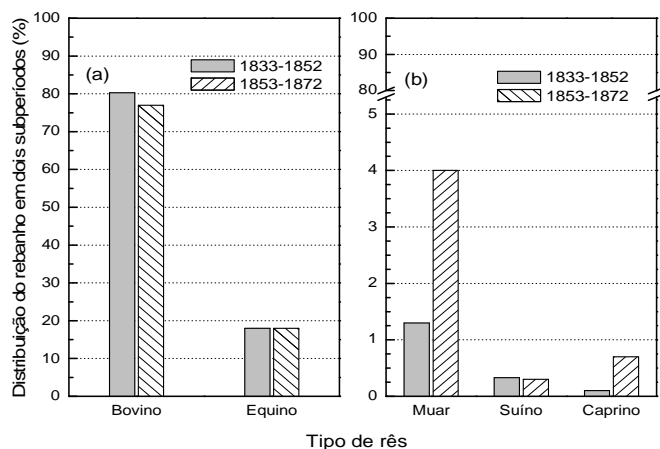


GRÁFICO 7 – Distribuição do rebanho, por tipo de rês em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)

Nº de cabeças:
1833-1852: 9.872
1853-1872: 8.943

Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Para o gado bovino, verifica-se o nível de concentração nas propriedades, que é indicativo do grau de mercantilização da produção. Sua distribuição é observada em quatro faixas: 1 a 10 (pequena), 11 a 30 (média), 31 a 100 (grande) e acima de 100 (muito grande). Não se verifica grandes alterações no tempo para a concentração nas propriedades nem para o tipo de proprietário. Para as faixas grandes e muito grandes, os números são os mesmos nos dois subperíodos: 83% do rebanho se concentrava nelas, correspondendo a 37% de proprietários. Constata-se que o rebanho era mais concentrado no primeiro tempo e era também maior (GRAF. 8).

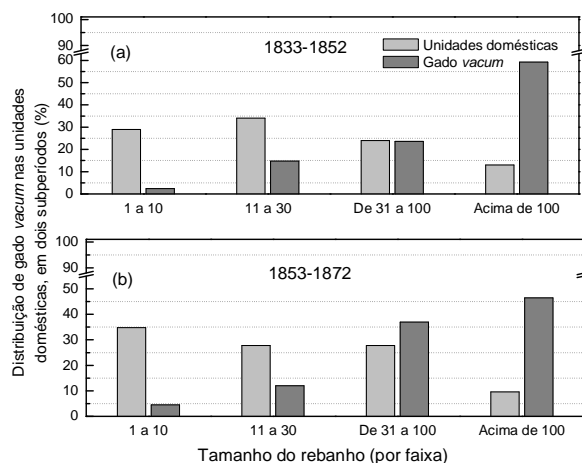


GRÁFICO 8 – Distribuição de gado *vacum* nas unidades domésticas, por faixa de tamanho em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)

Nº de unidades e de cabeças:

1833-1852: 159 unidades e 7933 cabeças

1853-1872: 158 unidades e 6895 cabeças.

Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Boa parte do gado estava reunida nos grandes rebanhos e concentrado nas mãos de menor número de proprietários. Sua concentração nos rebanhos grandes e muito grandes indica que parte considerável da produção era direcionada à comercialização. Vendia-se tanto para o comércio local de abate, como para boiadeiros forasteiros.³⁶ Os criadores de grandes quantidades de cabeças buscavam um mercado externo, já que a demanda local poderia ser atendida pelos criadores de rebanhos mais modestos.

O gado bovino de Rio Pardo, tal como das regiões ao norte e ao nordeste da província, era direcionado ao mercado do centro provincial e ao da Bahia. Este gado se incluía entre as principais exportações pela recebedoria de Rio Pardo.³⁷ Nessas regiões, o comércio de gado gerava baixos rendimentos aos criadores, visto que o comércio era intermediado por atravessadores.³⁸ Já a comarca do Rio das Mortes, que tinha seu setor agropecuário destinado ao mercado de abastecimento, atendia ao mercado da corte e às áreas cafeeiras fluminense e paulista.³⁹ A pecuária era uma das atividades que inseria a região na pujante economia mercantil de abastecimento e o gado bovino foi um dos principais gêneros exportados ao longo do século XIX.⁴⁰

Na província, os maiores lucros do comércio pecuarista provinham do Rio de Janeiro. Os bovinos das fazendas mineiras conduzidos ao Rio de Janeiro eram das bacias dos rios Grande e São Francisco, do oeste, do noroeste, do Triângulo. O preço do gado *vacum* nas feiras dos sertões chegava a quadruplicar nas feiras fluminenses. Parte pouco significativa do gado bovino mineiro também era destinada ao comércio na Bahia, via postos fiscais de Rio Pardo, ao norte, e São Sebastião do Salto Grande, ao nordeste.⁴¹ No caso da região ao norte, a criação do gado *vacum* era comercializada, principalmente, com a Bahia, cuja atividade era considerada de baixos rendimentos e sem expressividade na pauta de exportações da província.⁴²

Se comparados os números médios de animais de pecuaristas em Rio Pardo com os de São João Del Rei, verificam-se criadores de maior porte na primeira localidade. Considerando proprietários de Rio Pardo que possuíam acima de cem cabeças de gado *vacum* (1833-1852), o número médio de animais era de 223. Já para São João (1831-1850), o número médio era de 146.⁴³ Em Baependi (1859), o barão Junqueira possuía um rebanho de 358 cabeças de gado *vacum*, o que o qualificava como grande pecuarista. O tamanho desse rebanho se aproximava do padrão das propriedades de porte semelhante no termo de Campanha.⁴⁴ Já em Rio Pardo

(1859), o proprietário Ribeiro tinha 405 cabeças de gado bovino, cujo rebanho era maior que os encontrado para as localidades referidas.⁴⁵ Lembrando que elas contavam com um expressivo setor mercantil agropecuário, diferentemente de Rio Pardo.

Em Rio Pardo, portanto, a atividade pecuária era bastante expressiva. Todavia, a localidade não estava inserida em circuito comercial em proporção à de outras localidades, como das regiões Central e Sul. O padrão de grandes pecuaristas de Rio Pardo não diferia dos padrões dos de São João Del Rei e dos de Campanha, superando-os. Entretanto, a produção era escoada por boiadeiros sertanejos, que a encaminhava, principalmente, para o mercado da Bahia, sem expressividade provincial. Diferentemente, localidades do centro-sul estavam inseridas nos dois processos: de criação e de comercialização lucrativa do gado. O comércio interprovincial de gado bovino era desenvolvido especialmente com o Rio de Janeiro e com São Paulo. Foi na região ao sul da província que se articulou o comércio externo e localidades tornaram-se entrepostos de outras regiões da província, concentrando parte do lucro da produção gerada nas demais regiões produtoras.⁴⁶

2.1.3 Terra e produção agrícola

Quanto aos bens de raiz, eles correspondiam à terceira categoria de bem mais representativa na composição da riqueza. Nela estão relacionados os imóveis (terras e casas). Os imóveis rurais, incluindo as terras e as respectivas casas, constituíam maioria (88%). No grupo de proprietários, 78% deles possuíam terras (GRAF. 9). No caso, era pequena a parcela que estava destituída do principal meio de produção em uma sociedade eminentemente agrária.

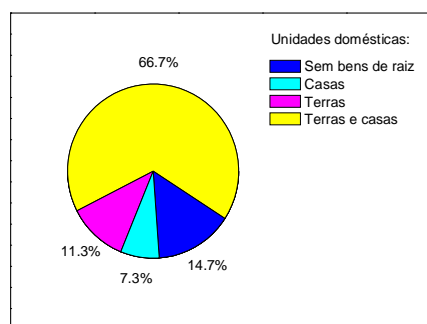


GRÁFICO 9 – Distribuição de unidades domésticas, por bens de raiz, Rio Pardo (1833-1872)
O número de unidades é 401.

Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Verificou-se estabilidade do acesso à terra para Rio Pardo e para a província mineira também. No período de 1831-1840, apenas 7% da força de trabalho livre masculina era de assalariados.⁴⁷ Ainda assim, havia disponibilidade de terras para a maioria dos trabalhadores. Isso por se tratar de uma província cuja forma de produção predominante era a agricultura para o autoconsumo. A presença de uma fronteira aberta, caracterizada pela abundância de terras, e a mobilidade espacial permitiam acesso estável das famílias à terra e à sua reprodução. Este processo verificado em Minas inseriu-se no processo de expansão da fronteira agrícola e resultou em uma expansão demográfica espontânea, em busca da reprodução das condições de vida material.

Se a criação de gado bovino em boa medida era comercializada, o mesmo não ocorria com a produção agrícola. A inexpressiva participação das plantações na riqueza demonstra que a produção de alimentos era predominantemente direcionada ao consumo doméstico (GRAF. 3). Como a pecuária, a agricultura era uma atividade largamente difundida.⁴⁸ A agricultura e a pecuária eram também as principais atividades econômicas para a maioria das localidades da província.⁴⁹ Tratava-se de uma economia com proeminente setor mercantil

agropecuário de abastecimento. No entanto, o setor predominante era o da produção de autoconsumo, com excedentes comercializados em pequena escala.

Em Rio Pardo, plantavam-se grãos, tubérculos, frutas, cana-de-açúcar e algodão. A mandioca foi o cultivo mais frequente, tendo sido base da alimentação local. A farinha de mandioca era beneficiada em tenda, com roda de ralar mandioca, prensa e forno. A roda de ralar mandioca era um dos instrumentos de beneficiamento agrícola mais difundido nas unidades domésticas, seguida do engenho e do alambique. A cana-de-açúcar era também um produto bastante cultivado. Ela era beneficiada, fabricando-se rapadura, açúcar e aguardente (GRAF. 10).

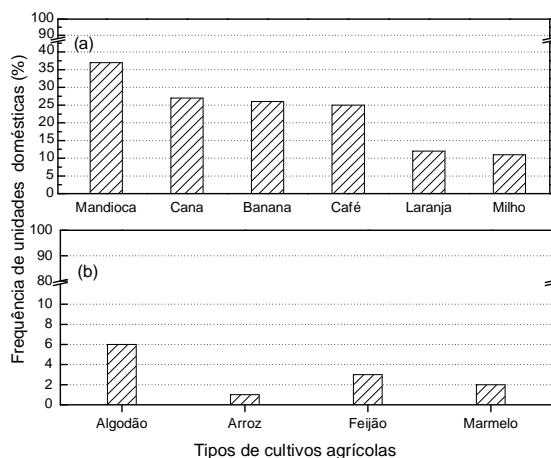


GRÁFICO 10 – Frequência de unidades domésticas, por cultivos agrícolas, Rio Pardo (1833-1872)
O número de frequência é 114.

Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Além dos gêneros alimentícios, outro produto cultivado era o algodão, matéria-prima utilizada nos ofícios do setor têxtil, como fiação, tecelagem, renda e costura. Os ofícios relacionados às atividades têxteis eram mais representativos. Os instrumentos de beneficiamento do algodão eram descaroçador de algodão, roda de fiar, pente de tecer e tear. A roda de fiar era o mais comum. Além do cultivo do algodão para o beneficiamento doméstico, o produto era também comercializado. A comercialização do algodão já ocorria em tempos mais antigos. Em Rio Pardo, ainda arraial, havia muitas plantações de algodão, cuja produção era comercializada na Bahia.⁵⁰

A agricultura de alimentos era quase exclusivamente destinada ao consumo doméstico. Entre os produtos identificados para comercialização (sal, fumo, rapadura, algodão, tecido, ferragens, aguardente, cachaça, café, capim), apenas rapadura e café são da categoria de gêneros alimentícios. Não há informação para o tamanho das áreas cultivadas. Pelos baixos valores que elas recebiam, certamente eram de dimensões modestas, limitando-se a atender ao autoconsumo. Contudo, é identificada produção agrícola excedente em unidades produtivas de maior porte, em cômodos de armazenamento de alimentos, cuja parcela excedente era certamente comercializada localmente ou em outros mercados.

Os instrumentos de trabalho agrícola eram machado, cavador, cavadeira, alavanca, foice e enxada. Eles eram rústicos, de baixo custo e eram utilizados tanto em unidades de pequeno porte de produção como de grande porte. A diferenciação era demarcada pela variação e pela quantidade.⁵¹ A prática agrícola consistia em derrubar matas e capoeiras, dispensando poucos cuidados à plantação. A forma de produção agrícola era extensiva.⁵² Os recursos técnicos eram rudimentares e caracterizavam-se como meios de produção secundários.

Um traço característico desse sistema de produção era a baixa densidade demográfica e a disponibilidade de matas virgens, que favorecia a exploração do solo de forma extensiva.

Com técnica rudimentar, o fomento da agricultura dependia de novas aquisições de mão de obra e de terras. Em Rio Pardo, isso é elucidado na observação dos bens mais significativos da riqueza. As unidades domésticas que dispunham de mais mão de obra escrava tinham porte de produção maior. A mão de obra escrava e a terra correspondiam, respectivamente, à primeira e à terceira categorias de bens mais importantes, enquanto os instrumentos de trabalho tinham participação inexpressiva (GRAF. 3).

Logo, as atividades agropecuárias eram predominantes na estrutura econômica. havia diversificação econômica de atividades, que era proporcionada pela presença dos setores de ofícios artesanais e mercantil. A agricultura era destinada ao autoconsumo, com eventual comercialização de excedentes. Quanto à pecuária, o nível de comercialização era muito maior do que o da agricultura. Mas, eram mais comuns unidades que possuíam pequenos e médios rebanhos de gado bovino, destinados às necessidades domésticas. Já o recurso à mão de obra escrava, ele influenciou diretamente no nível de produção e de diversificação econômica.

2.1.4 Dívidas ativas

A representatividade das dívidas ativas no conjunto da riqueza (7%) indicava expressão menor do crédito em relação a outras localidades de maior acumulação mercantil.⁵³ Ainda que na quarta posição, a participação das dívidas ativas era pequena, dado o peso bastante expressivo das três principais categorias de bens – escravos, 53%, animais, 18%, e bens de raiz, 11% (GRAF. 3).

No período abordado, a participação das dívidas ativas cresceu de 6% para 7%, mantendo-se na quarta posição. A oferta de crédito foi maior no segundo subperíodo, concentrando-se nas mãos de um grupo menor de credores. O maior número de dívidas também foi registrado para o segundo subperíodo, com valores mais altos. A ocorrência de aumento de crédito reitera o gradativo crescimento do setor comercial, que abarcou 47% das operações creditícias (GRAF. 11).

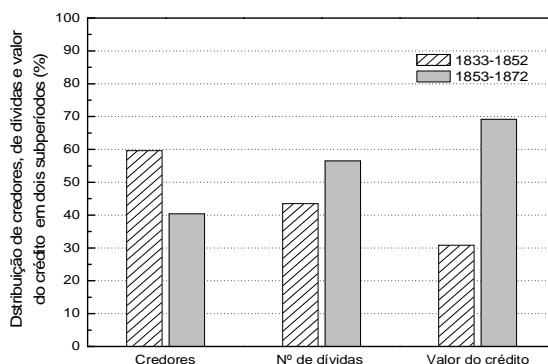


GRÁFICO 11 – Distribuição de credores, de dívidas ativas e valor do crédito em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)

O nº de credores é 151, de dívidas, 1431 e o valor do crédito, 90:148\$386. Valor médio do crédito:

1833-1852: 44\$587

1853-1872: 66\$808

Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

No que se referem aos valores das dívidas ativas, verifica-se predominância de pequenas dívidas com valores abaixo de 50\$000.⁵⁴ No tempo, essa predominância permaneceu, mas as mesmas diminuíram sua representatividade. Isso refletiu o aumento das dívidas com valores entre 100\$000 e 499\$000. Já as dívidas das duas faixas de valores mais altos dobraram sua participação, mas tinham pouca expressividade no conjunto. O fato retrata o próprio processo de fornecimento do crédito. A participação do crédito cresceu na

XVI Seminário sobre a Economia Mineira – 2014

composição da riqueza e ele se concentrou mais no segundo subperíodo. Assim, a tendência foi diminuir o número das dívidas de pequenos valores, subindo a participação das dívidas das três maiores faixas (GRAF. 12). Essas alterações na configuração do crédito evidenciavam conjunturas locais de crescimento da população e do setor de comércio, de aumento na oferta de serviços, bem como conjuntura nacional de regulamentação das relações comerciais com o Código Comercial (1850).

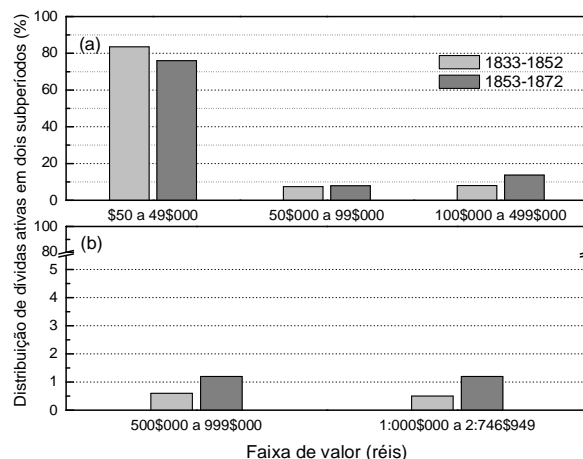


GRÁFICO 12 – Distribuição de dívidas ativas, por faixas de valor em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)

O número de dívidas é 1430.

Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

As práticas creditícias estavam difundidas entre a população. Recorria-se ao pagamento a prazo para atendimento às necessidades cotidianas, predominantemente em dívidas de baixo valor.⁵⁵ A maior parte dos créditos (47%) atendeu ao comércio, em operações de financiamento ao consumo e à produção.⁵⁶ Tratando-se de uma sociedade de sistema de produção de base agrária, os proprietários faziam novas aquisições de terra e de mão de obra escrava por meio de crédito. Assim, o financiamento proporcionava a ampliação de empreendimentos agrícolas. Comprar terra em um sistema que funcionava com a exploração do solo de forma extensiva, bem como adquirir escravos cuja mão de obra elevava o nível da produção, significava ampliar os principais meios de produção desse sistema e, por conseguinte, fomentar a produção.

Quanto à comercialização de animais, o gado se destacou entre produtos e bens relacionados nas operações de crédito. No total das transações com o gado muar, equino e bovino, as referentes a este último corresponderam a 74%. Assim, os dados reafirmam as inferências feitas sobre a pecuária. A principal produção local comercializada era a de gado bovino. (GRAF. 13).

Outra boa parte dos créditos tinha origem nos processos de partilha de bens entre herdeiros. Em menor medida, o empréstimo em dinheiro era também uma forma de fornecer crédito. As operações envolvendo empréstimos pessoais correspondiam a uma participação pequena no conjunto das dívidas. A representatividade dos empréstimos era coerente em uma economia de baixa monetização. Entre os bens de proprietários, a moeda correspondeu a apenas 0,7% do total da riqueza (GRAF. 3). Assim, poucos indivíduos possuíam dinheiro em condições de fazer empréstimos, cuja capacidade financeira contribuía para a liquidez da economia local.

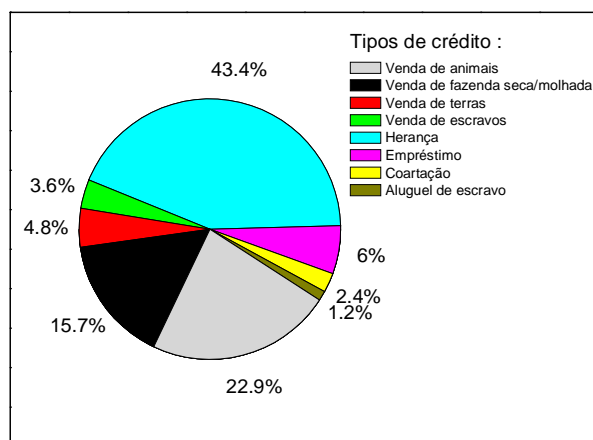


GRÁFICO 13 – Distribuição de dívidas ativas, por tipos de crédito, Rio Pardo (1833-1872)

O número de créditos é 83. Os créditos de relativos à venda de bens ou de produtos representam 47% do total.

Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Duas outras práticas creditícias de menor representatividade referiam-se à coartação e ao aluguel de escravos. A coartação consistia em uma modalidade de alforria recorrida por escravos, que tinham condições de pagar pela sua liberdade com rendimentos próprios. Com a ascensão econômica, eles almejavam a ascensão social: da condição de escravos para a de libertos. Na coartação, eles compravam sua carta de manumissão. Quanto ao aluguel de escravos, o proprietário alugava o escravo e recebia o “jornal” correspondente ao trabalho realizado por ele. Em Minas, a prática de alugar cativos remonta ao século XVIII, quando a atividade mineradora exigia mobilidade da mão de obra, devido ao constante surgimento de novas áreas de extração. A prática permaneceu no século XIX. Os dados do censo da década de 1830 e do recenseamento de 1872 demonstram que o sistema de aluguel de cativos expandiu ao longo do século. E foi o setor agrícola o mais beneficiado com a transferência temporária da mão de obra escrava.⁵⁷

As práticas creditícias já eram presentes nas Minas setecentistas em transações comerciais estabelecidas pela população no dia a dia, principalmente nas regiões mais urbanizadas. Em âmbito da colônia, a economia tinha traços pré-industriais, gerando mercado restrito. Havia escassez de moeda circulante, predominando o capital mercantil. O crédito era usado com regularidade, marcando a economia e a sociedade coloniais.⁵⁸ O importante papel que a praça do Rio de Janeiro desempenhou na reprodução da economia colonial possibilitou acumulação mercantil e concentração de riqueza pelos já afortunados segmentos mercantis. As operações com o crédito constituíram um dos mecanismos que promoveram essa acumulação, reservando ao capital mercantil residente papel importante na reprodução dessa economia. O segmento mais rico na hierarquia social correspondia a um grupo restrito de negociantes de grosso trato, que tinha supremacia sobre a aristocracia fundiária e escravista.⁵⁹

Nas Minas, as transações mercantis eram marcadas pela dependência do crédito e pelo alto grau de endividamento. A escassez da moeda circulante (dinheiro de cobre e de prata) e a proibição da circulação do ouro em pó, que também circulava como moeda, proporcionou difusão do sistema de crédito. Havia uma rede de endividamento, que era controlada por comerciantes. Os grandes atacadistas estabelecidos em Minas criaram importantes linhas de crédito interno. O capital comercial era importante fonte de financiamento de pessoas e de comerciantes.⁶⁰ Dada a circulação restrita de moedas, o recurso ao crédito era forma comum de se adquirir um produto ou bem, bem como de pagar por um serviço. Para a comarca do Rio das Velhas, por exemplo, verificaram-se várias práticas creditícias desenvolvidas pela população em suas atividades cotidianas.⁶¹

O setor mercantil se destacou na economia colonial e também na economia da primeira metade do século XIX. Essas economias tinham traços pré-industriais que geravam um mercado restrito, bem como circulação restrita de moeda.⁶² No século XIX, esse setor se destacou em localidades que estavam inseridas na economia de agroexportação e de abastecimento interno. Assim, o crédito adquiria maior importância em sociedades cujas atividades econômicas proporcionavam maior acumulação mercantil.⁶³ Como referido, o crédito em Rio Pardo teve pequena participação na composição da riqueza, onde foi baixo o grau de endividamento local. Isso porque as atividades econômicas lá desenvolvidas não favoreciam acumulação mercantil em níveis consideráveis.

Conclusão

A conformação de uma sociedade de sistema agrário em Rio Pardo no século XIX foi decorrente do processo de expansão da fronteira pecuária e da fronteira de agricultura de autoconsumo no Brasil. A economia local estava estruturada nas atividades agropecuárias, com presença de atividades artesanais e mercantis. Quanto aos bens principais que compunham a riqueza local – escravos, animais, terras e dívidas ativas –, eles se constituíram elementos fundamentais para a compreensão de traços característicos desta economia.

O recurso à mão de obra escrava, como adicional à livre, contribuiu consideravelmente para a elevação dos níveis de produção e de diversificação econômica. Em âmbito local como regional, o sistema econômico apresentava menor demanda por esta mão de obra em relação a outras localidades e regiões da província. Isso determinava conformação diferenciada para o sistema escravista na província, em razão das distintas economias regionais. No caso da localidade, a taxa de participação do segmento escravo na população total era menor; a estrutura de posses era desconcentrada em relação à distribuição dos proprietários por tamanho de posses, mas socialmente concentrada no que se referia à distribuição dos escravos por tamanho de posses; a razão de sexos era equilibrada; e a reposição desta mão de obra ocorreu principalmente por meio de reprodução interna.

A pecuária era atividade econômica mais expressiva. O gado bovino estava concentrado em grandes rebanhos, direcionado à comercialização, bem como concentrado nas mãos de menor número de proprietários, em uma desigual distribuição social da riqueza. Seu comércio era de baixos rendimentos, tal qual em esfera regional. Isso ocorria mesmo com pecuaristas de perfil semelhante ao de localidades que tinham grandes lucros com a atividade. Na província, o gado bovino era um dos principais gêneros exportados e foi na região ao sul que se articulou o lucrativo comércio intraprovincial.

A terra, incluída em bens de raiz, era o meio de produção mais importante. A produção pecuária era direcionada ao consumo doméstico e à comercialização; a produção agrícola, ao autoconsumo. Ambas se constituíam em atividades principais, complementadas pelas atividades de ofícios artesanais e comerciais, em uma diversificação de atividades econômicas.

O setor mercantil tinha expressão reduzida, caracterizado pelo comércio e pelo fornecimento de crédito. Era baixo o grau de endividamento local, mas as práticas creditícias estavam difundidas entre a população. As dívidas ativas foram pouco representativas na riqueza, com níveis baixos de acumulação mercantil. Na economia colonial e do Império, este setor se destacou em localidades inseridas nas atividades de agroexportação e de abastecimento interno.

Elementos econômicos da sociedade não passaram por mudanças estruturais no tempo em questão. Todavia, em termos conjunturais, ocorreram alterações no recurso à mão de obra escrava, no volume de produção pecuária, na difusão das atividades comerciais, bem como no fornecimento de crédito, promovidas por processos históricos circunscritos local, regional e provincialmente, bem como em nível do Império do Brasil.

NOTAS

- ¹ O número de processos (401) corresponde ao total de documentos conservados pelo Arquivo do Fórum da Comarca de Rio Pardo de Minas (AFCRPM) para o período de 1833-1872. O estudo da riqueza de sociedades com base em processos de inventários *post mortem* é corrente em trabalhos de cunho historiográfico e econômico.
- ² Sobre sistemas econômicos e meios de produção, cf. CARDOSO, 1979, p. 39-42.
- ³ Verifica-se coerência dos dados de processos de inventário sobre setores econômicos quando confrontados com os de Lista nominativa/1840 e Recenseamento/1872, referentes a dados de ocupação de grupo social mais amplo (cf. CHAVES, 2012).
- ⁴ GEBARA, 1986, p. 11-25.
- ⁵ FLORENTINO, 1997, p. 43-44; MAMIGONIAN, 2009, p. 207-233.
- ⁶ BERGAD, 2004, p. 249-251.
- ⁷ BERGAD, 2004, p. 252-258.
- ⁸ LIBBY; PAIVA, 2000, p. 62-63.
- ⁹ BOTELHO, 1994, p. 76-78.
- ¹⁰ Os valores dos bens são tratados como valor nominal e correlacionados em valores percentuais, a fim de não comprometê-los com um eventual processo inflacionário que pode ter ocorrido no tempo observado.
- ¹¹ CARDOSO DE MELLO, 1985.
- ¹² FRAGOSO, 1983, p. 15-16.
- ¹³ CASTRO, 2009, p. 21-22.
- ¹⁴ BERGAD, 2004, p. 170-171.
- ¹⁵ ANDRADE, 2008, p. 73-74.
- ¹⁶ Hebe Mattos faz esta constatação para Capivary, que se tratava de uma economia comercial escravista. Conforme a autora, a propriedade da terra por si só não diferenciava socialmente os proprietários, e sim a dimensão da exploração agrícola e da escravaria. (Cf. CASTRO, 2009, p. 40).
- ¹⁷ RODARTE; PAULA; SIMÕES, 2004, p. 16-37. Os autores analisam a estrutura urbana da província na década de 1830 e em 1872, definindo três níveis de centralidade. Verificam-se o número e as categorias de ocupações para 143 localidades, com base nas informações das listas nominativas da década de 1830 e do recenseamento de 1872. Dada a estrutura ocupacional de Rio Pardo da década de 1830, o termo não se inseriu em nenhum nível urbanização. Já em 1872, as categorias ocupacionais existentes habilitaram o termo para o nível médio de urbanização em âmbito provincial.
- ¹⁸ BRASIL. Lei de 25 de junho de 1850. *Coleção das leis do Imperio do Brasil de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 57- 239. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa>>.
- ¹⁹ CHAVES, 2012, p. 121-128.
- ²⁰ A distribuição da propriedade escrava é observada por meio da classificação das posses em cinco faixas: menores (1-5), médias inferiores (6-10), médias superiores (11-20), grandes (21-40) e muito grandes (acima de 40).
- ²¹ SCHWARTZ, 1999, p. 356-376; CASTRO, p. 35.
- ²² LUNA, 1982, p. 31-56.
- ²³ LIBBY, 1988, p. 97-104. Sobre os dados para a Bahia, cf. SCHWARTZ, 1983; para São Paulo, cf. . LUNA; COSTA, 1983.
- ²⁴ Sobre a diferenciação regional na estrutura de posses, cf. PAIVA, 1996, p. 136-138; PAIVA; GODOY, 2002, p. 50-53.
- ²⁵ Dentre outros trabalhos, cf. LIBBY, 1988; PAIVA, 1996; PAIVA; GODOY, 2002.
- ²⁶ LIBBY, 1988, p. 56-57.
- ²⁷ ALMEIDA, 1994, p. 114.
- ²⁸ MARTINS, 1994.
- ²⁹ LUNA; CANO, 1983; BERGAD, 2004.
- ³⁰ PAIVA; GODOY, 2002, p. 55.
- ³¹ BOTELHO, 1994, p. 84-124.
- ³² SARAIVA, 2008, p. 91, 242-243.
- ³³ PAIVA; LIBBY, 1995, p. 203-233.
- ³⁴ Prado Júnior identifica três grandes regiões de pecuária da época colonial: os sertões do norte, as planícies do sul e a parte meridional de Minas Gerais (cf. PRADO JÚNIOR, 2000, p. 192-198).
- ³⁵ OFÍCIO do fiscal do distrito do Rio Pardo. Rio Pardo, 29 dez. 1829. Acervo do Arquivo da Câmara Municipal de Minas Novas (ACMMN); OFÍCIO da câmara municipal de Rio Pardo. Rio Pardo, 11 jan. 1837. Acervo do APM. PP 1.33, cx. 222, doc. 30.
- ³⁶ OFÍCIO do fiscal do distrito do Rio Pardo Salvador Cardoso de Sá. Rio Pardo, 2 jul. 1831. Acervo do ACMMN.

- ³⁷ RESTITUTTI, 2006, p. 170. Sobre exportações mineiras pelas recebedorias nas fronteiras, ver a mesma obra.
- ³⁸ PAIVA, 1996, p. 118-120.
- ³⁹ Além dos autores já citados que tratam do assunto, cf. FURTADO, 1999; CHAVES, 1999.
- ⁴⁰ RESTITUTI, 2006, p. 82.
- ⁴¹ RESTITUTI, 2006, p. 124-126.
- ⁴² PAIVA, 1996, p. 117-120; RESTITUTI, 2006, p. 124.
- ⁴³ GRAÇA FILHO, 2002, p. 146.
- ⁴⁴ ANDRADE, 2008, p. 124, 222-223.
- ⁴⁵ PROCESSO de inventário *post mortem* de João Lourenço Ribeiro. Rio Pardo, 1859. Acervo do AFCRPM.
- ⁴⁶ RESTITUTI, 2006, p. 244.
- ⁴⁷ LIBBY, 1988, p. 91.
- ⁴⁸ Consideram-se unidades produtivas que atuavam na agricultura não somente as que tinham terra, mas também aquelas que mesmo sem terra tinham instrumentos de trabalho agrícola. Daí a diferença de percentual entre as unidades que possuíam terra (78%) e as que desenvolviam agricultura (88%).
- ⁴⁹ RELATÓRIO do presidente da província de Minas Gerais, 1854 *apud* FRAGOSO, 1992, p. 106-107.
- ⁵⁰ MATOS, 1981, p. 196.
- ⁵¹ No estudo sobre o sistema agrário de Paraíba do Sul, Fragoso identifica esses mesmos instrumentos de trabalho agrícola, com exceção da alavanca. (Cf. FRAGOSO, 1983, p. 28).
- ⁵² Essa prática agrícola, que remete desde aos tempos de colônia, era comum também em Portugal. (Cf. MAGALHÃES, 1993, p. 135-136).
- ⁵³ Sobre o assunto para outras localidades, cf. ANDRADE, 2008; ALMEIDA, 2001; FRAGOSO, 1992; MATTOSO, 1992.
- ⁵⁴ Foram definidas três níveis de dívidas ativas em cinco faixas de valores: pequenas dívidas, faixa inferior de \$50 a 49\$000 e faixa superior de 50\$000 a 99\$000; dívidas médias, faixa inferior de 100\$000 a 499\$000 e faixa superior de 500\$000 a 999\$000; dívidas grandes, faixa de 1:000\$000 a 2:746\$000.
- ⁵⁵ Santos demonstra para a comarca do Rio das Velhas (século XVIII), o predomínio de pequenas dívidas ativas. Do total das dívidas, 73% eram referentes a valores abaixo de 100\$000. Ainda que se tratasse de uma temporalidade anterior e de localidades de economias distintas da de Rio Pardo, verificou-se em Minas a permanência no tempo do recurso ao crédito predominantemente para atender às necessidades cotidianas da população (Cf. SANTOS, 2005, p. 102-104; SANTOS, 2010, p. 81).
- ⁵⁶ Há informação sobre as transações que originaram os créditos para 6% das dívidas.
- ⁵⁷ LIBBY, 1988, p. 94-96.
- ⁵⁸ Sobre a questão do crédito e da circulação monetária na economia colonial, cf. ARRUDA, 1980; RUSSELL-WOOD, 1981. FRAGOSO, 1992; SAMPAIO, 2003.
- ⁵⁹ FRAGOSO, 1992, p. 253-273.
- ⁶⁰ FURTADO, 1999, p.120-122; SILVEIRA, 1997, p. 99-100; CHAVES, 1999, p. 33-45; PAIVA, 1995, p. 176-184; BOXER, 2000, p. 218; FERNANDES, 2000, p.135; SANTOS, 2004, p. 113-115.
- ⁶¹ SANTOS, 2005, p. 109-156; SANTOS, 2010, p. 71-89.
- ⁶² FRAGOSO, 1992, p. 212.
- ⁶³ Dentre outros estudos, cf. para Minas: ALMEIDA, 2001; GRAÇA FILHO, 2002; ANDRADE, 2008; ALMICO, 2009. Para Rio de Janeiro: FRAGOSO, 1992. Para a Bahia: MATTOSO, 1992.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, C. M. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)*. 2001. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- ALMICO, R. C. *Dívida e obrigação*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- ANDRADE, M. F. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- ARRUDA, J. J. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

-
- BERGAD, L. *Escravidão e história econômica*. Bauru: EDUSC, 2004.
- CASTRO, Hebe M. *Ao Sul da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, FAPERJ, 2009.
- BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e escravarias*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- BOXER. *A idade de ouro do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- CARDOSO, C. F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CHAVES, C. M. *Perfeitos negociantes*. São Paulo: Annablume, 1999.
- CHAVES, E. *Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (1833-1872)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012).
- FERNANDES, N. *A inquisição em Minas no século XVIII*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.
- FLORENTINO, M. *Em costas negras*. São Paulo: São Paulo Cia. das Letras, 1997.
- FRAGOSO, J. *Sistema agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.
- FRAGOSO, J. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FURTADO, J. F. *Homens de negócios*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GEBARA, A. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GRAÇA FILHO, A. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.
- LIBBY, D. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIBBY, D; PAIVA, E. F. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Moderna, 2000.
- LUNA, Francisco. Estrutura da posse de escravos. In: LUNA, Francisco; COSTA, Iraci. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 31-56.
- LUNA, Francisco; COSTA, Iraci. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, 1983.
- LUNA, Francisco; CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH*, Campinas, n. 10, 1983.
- MAMIGONIAN, B. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1, cap. 6, p. 207-233.
- MAGALHÃES, J. R. *O Algarve econômico: 1600-1773*. Lisboa: Estampa, 1993.
- MARTINS, R. B. *Minas e o tráfico de escravos o século XIX, outra vez*. Texto para discussão n. 70. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1994.
- MATOS R. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v. 1.
- MATTOSO, K. *Bahia, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- PAIVA, C. A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- PAIVA, C.; LIBBY, D. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 2, 1995, p. 203-233.
- PAIVA, C.; GODOY, M. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.
- PAIVA, E. F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Annablume, 1995.

-
- PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- RESTITUTTI, C. C. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, 2006.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAULA, João Antônio de; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX. *História econômica & História de Empresas*, São Paulo, v.7, n. 1, p. 7-45, 2004.
- RUSSELL-WOOD. *Fidalgos e filantropos*. Brasília: UNB, 1981.
- SAMPAIO, A. Crédito e circulação monetária na colônia. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas*. ABPHE, Caxambu, 2003.
- SANTOS, R. F. Dívida e endividamento. In: ROMEIRO; BOTELHO. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.
- SANTOS, R. F. *“Devo que pagarei”*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- SANTOS, R. F. O ouro e a palavra. In: CARRARA, A. A. *À vista ou a prazo*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.
- SARAIVA, L. F. *O Império nas Minas Gerais*. 2008. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- SCHWARTZ, Stuart. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 259-287, 1983.
- SCHWARTZ, S. *Segredos internos*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- SILVEIRA, M. A. *O universo do indistinto*. São Paulo: Hucitec, 1997.